

■ APRESENTAÇÃO

Nos últimos tempos, temos presenciado a efervescência de debates e reflexões acerca da educação infantil, primeira etapa da educação básica, o que evidencia sua importância na educação brasileira. Além disso, presenciaremos diferentes pesquisadoras e pesquisadores anunciarem a necessidade de voltarmos os ouvidos e olhos, a escuta e os olhares, para as crianças e suas mais diversas infâncias. Nesse sentido, esta edição da Revista Com Censo (RCC) vem atender ao chamado e destinar suas páginas a esta temática, a fim de gerar um significado singular para todas e todos os envolvidos com a educação infantil.

A academia e a sociedade civil, há algumas décadas, têm protagonizando diálogos e reflexões em pesquisas acadêmicas e movimentos sociais bem como desbravado um cenário de luta por políticas públicas voltadas à educação infantil, o que provocou alterações na legislação do país e gerou ações com vistas ao desenvolvimento integral dos bebês e das crianças pequenas.

Nesse processo histórico, é possível perceber, primeiramente, uma inexistência do atendimento educativo à criança, pois “até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil” (OLIVEIRA, 2002, p. 91). Ou seja, há poucas décadas não encontrávamos indícios de oferta de atendimento a bebês e crianças pequenas fora de seu lar e do meio familiar.

De acordo com Oliveira (2002), no início do século XX começa-se a pensar no atendimento educativo destinado aos bebês e às crianças pequenas, porém, é possível perceber diferentes concepções que permeiam essa realidade. No início, havia uma preocupação com a mãe que adentrava no mercado de trabalho e não tinha com quem deixar suas filhas e filhos, não sendo, portanto, uma preocupação com a criança e seus direitos, mas um arranjo diante das demandas sociais das classes trabalhadoras. Concomitante, havia uma visão higienista e

assistencialista, no sentido de oferecer o básico das necessidades vitais, tais como, práticas de higiene e nutrição, com recursos financeiros limitados por parte do Estado. Até que surge um modo de enxergar esse atendimento à criança com vistas ao futuro, ou seja, era preciso preparar a criança para que ela pudesse apresentar bons resultados na escola, nos anos seguintes, como discorre Kuhlmann Jr., “(...) além de solução para os problemas da pobreza, a educação infantil resolveria as altas taxas de reprovação no ensino de 1º grau” (2000, p. 11).

Portanto, ora o pêndulo balançava para o higienismo e assistencialismo, ora tendia para o lado com vista à preparação para o futuro e o “sucesso escolar”.

Diante dos debates e reflexões que emergiram em meio à sociedade civil e à academia, a percepção acerca desse atendimento transforma-se. Hoje, a educação infantil compreende a unidade entre o cuidar e o educar. Pois, a educação dos bebês e crianças pequenas envolve o cuidado, bem como o cuidado destinado a esse público envolve práticas educativas. Trata-se de uma unidade dialética que permeia a realidade da prática educativa na educação infantil.

Aliado a isso, hoje o atendimento educativo destinado aos bebês e crianças pequenas faz parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e, assim, a educação infantil passa a ser compreendida como a primeira etapa da educação básica. O que provoca uma nova percepção. O direito não é somente da família, mas, sobretudo, considera-se o direito da própria criança à educação.

Esse movimento de mudança e transformação em relação à criança e à educação destinada a ela tem início no final do século XX, não somente com a LDB, mas, primeiramente, com a Constituição Federal (CF) de 1988, que dá os primeiros passos ao estabelecer que o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade em creche e pré-escola é um dever do Estado. E, seguido a isso, tem-se a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em

1990. Prestes (2009) discorre sobre os impactos desses instrumentos legais para o processo de consolidação da educação infantil, bem como sobre a garantia dos direitos das crianças pequenas.

Temos, atualmente, uma legislação bastante avançada no que diz respeito aos direitos das crianças brasileiras. O primeiro documento a proclamar o direito da criança à creche e à pré-escola foi a Constituição Federal de 1988 (art. 227). É com esse marco legal que o Brasil inaugura o direito das crianças brasileiras à educação infantil: as creches e pré-escolas deixam de ser apenas um direito das mães que trabalham fora e passam a representar um direito das crianças. É assim que é dado o primeiro passo em defesa dos mais pequenos em nosso país (PRESTES, 2009, p. 142).

Esses foram instrumentos legais essenciais no processo histórico que continua a desbravar caminhos e a realizar conquistas para as crianças pequenas, pois a educação infantil - reconhecida como dever do Estado e direito de todas as crianças - somente passa a ser obrigatória para as crianças de quatro e cinco anos de idade com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da educação básica dos quatro aos 17 anos de idade. Tal obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, e confirmada por meio da promulgação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, ao tratar em sua primeira meta o objetivo de

universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

Além disso, a Lei nº 13.257/2016 estabeleceu o Marco Legal da Primeira Infância, que se constitui em uma normatização que trata da promoção de

um atendimento com vistas ao desenvolvimento integral das crianças desde o seu nascimento até os seis anos de idade. Esse documento legal discorre, também, que a criança tem o direito de brincar e de participar na formulação de ações e de políticas públicas para a infância, o que traduz, mais uma vez, a percepção da criança como cidadã de pleno direito.

Concomitante a essas discussões e promulgações de novas legislações que garantem o direito dos bebês e crianças pequenas a educação infantil, estabelece-se os debates para elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz a prerrogativa de ser um documento de caráter normativo que estabelece o conjunto orgânico de aprendizagens que todos os estudantes precisam devolver ao longo da educação básica, em meio às etapas e modalidades de ensino. A BNCC surge de uma necessidade histórica já prevista na promulgação da Constituição Federal em 1988 e que, em seu processo de elaboração, constituiu-se a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais. Com vistas à educação infantil, fundamenta-se em eixos estruturantes das interações e brincadeiras, assegurando seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, preocupando-se em promover o protagonismo infantil às crianças em seus processos de aprendizagens. Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se são direitos de aprendizagem que estão estruturados em campos de experiência assegurados pela BNCC aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 15 de dezembro de 2017.

Compreendendo a importância de todo esse processo histórico e, em especial, a aprovação da BNCC, a entrevista que abre as discussões dessa edição da RCC, convida Maria Carmen Silveira Barbosa - professora doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que participou do processo inicial de elaboração da BNCC - para uma conversa que fluiu com as notas compostas por esse documento normativo pensado para a educação infantil. Portanto, a professora

pesquisadora discorre sobre o processo de constituição da BNCC, seus objetivos, avanços e novas perspectivas para a primeira etapa da educação básica.

Dando continuidade, os artigos que se seguem demonstram a consolidação da temática da educação infantil nas pesquisas acadêmicas, entre as mais diversas pesquisadoras e pesquisadores, que transversalizam reflexões e debates acerca das crianças e suas infâncias, pois discutir a educação infantil não se limita a discorrer acerca de práticas pedagógicas, mas, principalmente, enxergar e ouvir os principais atores desse palco que compreende a primeira etapa da educação básica, ou seja, é preciso direcionar a escuta e os olhares para as próprias crianças.

Assim, o primeiro artigo, intitulado **“Políticas públicas de inclusão na educação infantil – fase creche: conquistas ou desafios”**, de autoria de Jacy Alice Grande, Valéria Weigel, Jaspe Neto e Débora Napoleão de Senna, discute que a implementação da educação para crianças com deficiência no Brasil se reveste de um grande desafio, pois, apesar de estar assegurada por vários dispositivos legais, tais como a Lei nº 13.146/15, que garante o acesso ao sistema educacional inclusivo ao longo da vida e ao desenvolvimento de suas aprendizagens, observou-se a existência da impossibilidade de aplicação plena dos instrumentos legais, em decorrência da carência de recursos físicos e humanos das mais diversas ordens.

O segundo artigo, **“Datas comemorativas ou significativas? Festas juninas na educação infantil”**, de Edna Rodrigues Barroso, discorre acerca das datas comemorativas e sua relação com a organização do trabalho pedagógico, especialmente nas instituições de educação infantil, trazendo como exemplos as festas juninas para a análise, dada a relevância e a frequência com que este evento ocorre nas instituições educativas para a infância, sejam públicas ou privadas.

O terceiro artigo, **“Educação infantil no Distrito Federal: um olhar considerando as classes de renda**

das Regiões Administrativas entre 2012 e 2016”, de Lucilene Dias Cordeiro, traz um estudo que busca mostrar a evolução do número de instituições e de matrículas na educação infantil, a partir de dados disponíveis no Censo Escolar entre os anos 2012-2016, desagregando as informações em creches e pré-escolas. Os resultados mostram aumento no número de instituições com oferta de educação infantil, assim como no número de matrículas. Os resultados apontaram, ainda, expansão na rede pública e particular conveniada, com predominância da rede particular. Ao se considerar as Regiões Administrativas (RAs) por classes de renda, verificou-se aumento da oferta e das matrículas nas redes públicas e particular conveniadas. O grupo de RAs de média-baixa renda foi o que apresentou maior aumento de matrículas em creches da rede pública. Os resultados mostraram que ainda há o que ser feito tanto na oferta quanto na distribuição de estabelecimentos de ensino, principalmente da rede pública e particular conveniada.

O quarto artigo, **“Da criança artesã à arte crianciera: possibilidades no trabalho pedagógico com a arte na educação infantil – uma reflexão sob a perspectiva histórico-cultural”**, de autoria de Maria Luiza Dias Ramalho, evoca reflexões sobre as funções do trabalho pedagógico com as artes na educação infantil, ressaltando questões que pontuam a importância das atividades artísticas para o desenvolvimento integral da criança, tendo em vista o potencial imaginativo e criador na infância.

O quinto artigo, **“A educação da criança indígena em seus primeiros anos de vida”**, de Daniela Lobato do Nascimento, aborda a temática da educação da criança indígena, pois a educação dessas crianças inicia muito antes de seu nascimento e se estende ao longo da vida, para além dos espaços escolares. Os povos indígenas mesmo sob tantas influências, entre elas a inserção de instituições escolares, encontram meios de manterem suas identidades e ancestralidade por meio

de atividades que envolvem as crianças e formam, assim, lideranças capazes de prosseguir com a cultura indígena.

O sexto artigo, **“Racismo, infância e escola: reflexões sobre a temática racial na educação infantil”**, de autoria de Daniela Barros e Saulo Pequeno, convida a reflexão acerca da trajetória da formação social no Brasil que naturaliza a ideia de que vivemos numa democracia racial, invisibilizando e mascarando o racismo e as assimetrias nas relações étnico-raciais. E problematiza que o enfrentamento do racismo na educação infantil também encontra dificuldades na busca pela prática de uma educação antirracista.

O sétimo artigo, **“Da educação infantil ao ensino fundamental: construindo um processo de transição compartilhada”**, de Norma Lucia Queiroz, trata da passagem de uma etapa para outra no processo educativo, o que tem gerado diversas discussões entre profissionais da educação e famílias, especialmente, entre aqueles com crianças pequenas. Portanto, este estudo teve como objetivo analisar o processo de transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental.

O último artigo, **“Inovar, criar, experimentar, pesquisar e documentar a prática pedagógica, um caminho para o fortalecimento do trabalho docente”**, de Lúcia Maria Ventura Maia e Hélio José Santos Maia, apresenta uma reflexão sobre a atuação do professor como pesquisador para a melhoria da sua prática pedagógica, pautando-se em um trabalho de alfabetização com crianças em inclusão no 1º Ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Pública do Distrito Federal, e fundamentando-se

no referencial teórico do construto da autoeficácia da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura, bem como, na utilização de subsídios da técnica de peças didáticas do dramaturgo Bertolt Brecht, mediante a construção de narrativas criadas por alunos, de modo a revelar que a metodologia e o processo utilizados são facilitadores para a alfabetização, além de proporcionar outros ganhos de aprendizagem.

Segue, após a seção de artigos, a parte destinada aos relatos de experiência. O primeiro relato, **“A professora que põe as bolinhas?”**, de Rhaisa Naiade Pael Farias e Carolina Helena Micheli Velho, discorre sobre uma sequência de atividades de crianças de quatro e cinco anos de idade, refletindo sobre como os campos de experiências dispostos na BNCC podem contribuir para que o trabalho desenvolvido com as crianças da educação infantil seja ressignificado e, assim, seja possível ultrapassar uma estética, predominantemente, adulta e afirmar as potencialidades das crianças.

O segundo relato de experiência, intitulado **“As crianças que brincam são as mesmas que aprendem brincando”**, de Alice Maria Corrêa Medina, discute sobre a importância dos brinquedos e brincadeiras para o processo de desenvolvimento das crianças na educação infantil.

O terceiro relato de experiência, **“As tecnologias na Educação Infantil: crianças conectadas, professor desconectado”**, de Magalis Bêsser Dorneles Schneider, discute criticamente sobre as tecnologias e sobre a aparente desconexão entre professor e o aluno na Educação Infantil. Apresentam-se dados sobre a utilização do laboratório de informática em duas escolas do DF, além de uma

análise documental do Projeto Político Pedagógico dessas escolas. Nos resultados, fica evidente que ocorre uma desconexão entre professor e aluno quando se trata de tecnologias digitais. Conclui-se que cabe ao professor se aproximar do mundo digital do aluno e utilizar esses recursos para apoiar, facilitar e, principalmente, contribuir para a qualidade na educação infantil.

O quarto e último relato, **“A Educação Infantil que faz diferença: propostas para a formação integral da criança”** de Sara Paraguassú Santos do Vale, apresenta uma experiência realizada em uma escola da rede pública de ensino, onde para a realização dos planejamentos semanais as professoras e a coordenação pedagógica tomaram como bases fundamentais os quadros organizativos dispostos no caderno da Educação Infantil do Currículo em Movimento. Os resultados apresentaram a possibilidade de uma organização pedagógica pautada no lúdico e na abrangência das propostas do currículo prescrito.

Em sequência à seção de relatos, esta edição finaliza com um Dossiê Temático cujo título é: **1 Prêmio Professores da Educação Infantil do Distrito Federal**, composto por pesquisas relacionadas à Educação Infantil e pelos relatos dos projetos dos docentes vencedores do Prêmio, em 2017.

Por fim, esperamos que esta edição possa contribuir no processo de provocação de novos pensamentos e perspectivas acerca das crianças, suas infâncias e a educação infantil, compreendendo que estas discussões são necessárias pela complexidade existente e pelos caminhos já trilhados e os que ainda são possíveis de serem desbravados. Boa leitura! ■

Daniel Damasceno Crepaldi

Subsecretário de Educação Básica/SEEDF

Fábio Pereira de Sousa

Subsecretário de Planejamento,
Acompanhamento e Avaliação/SEEDF

Referências bibliográficas

KUHLMANN JR., Moysés. **História da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, Mai – Ago, nº 14, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRESTES, Zoia. **Professor da creche e da pré-escola: um profissional com formação e compromisso**. Revista Extra-Classe, v. 2, nº 2, jul./dez. 2009.